



escola de gestores
da educação básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

ESCOLA E CURRÍCULO: IMPACTOS DAS NOVAS
TECNOLOGIAS NA PRÁTICA ESCOLAR

SUELI APARECIDA FONSECA RAMOS

MONTE CARMELO

2010



SUELI APARECIDA FONSECA RAMOS

**ESCOLA E CURRÍCULO: IMPACTOS DAS NOVAS
TECNOLOGIAS NA PRÁTICA ESCOLAR**

Trabalho apresentado na conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar da FAE- Faculdade de Educação da UFMG.

Orientadora: Prof^ª. Jacqueline Silva Figueiredo Pereira

MONTE CARMELO – MG

JANEIRO, 2010

A conclusão de uma etapa deve ser a mola propulsora para outras aspirações.

Assim, ao concluir este trabalho constato que os sonhos são possíveis. Realizá-los é como abraçar o dia e nele se entregar. No embalo das horas, firmamos nossas vontades e o Poder Maior enche de Luz nossa caminhada. A caminhada que se inicia rumo à concretude dos sonhos, é, e sempre será abençoada.

À família, minha esperança, ao meu anjo guardião, Leviah, obrigada por mais essa etapa.

Que luzes infinitas clareiam os passos de todos aqueles que almejam sonhos.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo relacionar Escola e Currículo dentro do contexto atual das escolas públicas, mediante os impactos das novas tecnologias na prática escolar. Utilizou-se para este trabalho reflexões sobre o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação para a produção do conhecimento a partir do Currículo e o papel da Escola na sociedade do conhecimento; ao mesmo tempo a prática da gestão escolar vivenciada pela pesquisadora na Escola Municipal Francisco Campos, município de Monte Carmelo, MG. Concluiu-se com a prática da pesquisa e segundo alguns autores citados no decorrer desse trabalho dentre eles Moran (2000) e Frigotto (1999) que os impactos das novas tecnologias nas práticas e cotidiano escolar, principalmente e em especial as da informação e da comunicação exige apropriação, domínio e uso dos instrumentos tecnológicos dentro do contexto pedagógico da Escola. E, um Currículo voltado para o desenvolvimento da inteligência indo além das habilidades linguísticas e lógico-matemáticas. Questionou-se também qual perfil deve ter professor e escola para lidar com novos comportamentos individuais e coletivos para uma sociedade cada vez mais informatizada.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Currículo, Tecnologias, Inovações.

INTRODUÇÃO

A Educação se evidencia em todo cenário mundial pela sua capacidade de formação do ser consciente e, sobretudo, cognoscível, com o desenvolvimento de habilidades e hábitos, autonomia e bem viver. Partindo desse pressuposto, o problema que norteou este estudo foi: como ensinar a alunos que estão inseridos cada vez mais na era digital em meio a vários recursos tecnológicos? Como se fazer instrumento, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) dentro do ambiente escolar envolvendo todos os profissionais da escola e alunos na construção de seus saberes?

Diante do fato que a escola prepara o indivíduo para ter mais autonomia na sua vida pessoal e social, para isto, fazer escolhas, principalmente as melhores no mercado de trabalho para sua auto realização e aprimoramento de seus conhecimentos, o Currículo torna-se a ponte a ser contextualizada, pois reflete circunstâncias históricas e sociais para o grupo no qual foi pensado, o aluno. Esse instrumento aliada as Tecnologias de Informação e Comunicação permite o desenvolvimento da autonomia intelectual, a criticidade, os comportamentos éticos dentre outras habilidades que possibilitará a formação de cidadãos mais atuantes, conscientes e produtivos para uma sociedade globalizada.

Entende-se, portanto, que Escola e Currículo devem ser analisados dentro de um contexto o qual vem se apresentando a nossa sociedade contemporânea: inovadora. Diante disso este artigo visa, sobretudo a uma análise das evidências que propulsionam à essa nova concepção de Educação, frente aos impactos das tecnologias nas práticas escolares permeadas no Currículo e que deve ter seu norte estabelecido em práticas inovadoras de professores que despertem nos alunos o interesse e a vontade de ser parte dessa prática virtual de aprendizagens no qual deve ser a vivência escolar. Constata-se a colaboração de pesquisas e obras publicadas de vários autores que puderam contribuir para as evidências aqui apresentadas.

A ESCOLA ATRATIVA, INOVADORA

Estabelecendo a instituição formadora do indivíduo, a Escola; sua atuação dentro do controle social, que está evidenciada na sua capacidade de intervir positivamente nos padrões de comportamento; sua ideologia, e mais, o contexto social historicamente oriundo de relações conflituosas entre organização da sociedade e processos de desenvolvimento como o da industrialização e o da globalização a Escola atual deve apresentar-se, sobretudo, atrativa.

Ai está o grande desafio. Tornar a Escola um ambiente mais atrativo do que outros nos quais nossos jovens gostam de estar. Cabe, entretanto na escola incorporar em suas práticas outras formas de aprender que vão além da oralidade e escrita, tais como as apoiadas na visão, na criação, na simulação, na audição e outras formas possíveis com o uso dos recursos tecnológicos.

Para a qualificação da educação e conseqüentemente da escola são necessárias transformações, algumas complexas como a reestruturação dos currículos, a formação adequada de professores. Nesta complexidade entre formação, ensinar, e como se processa a aprendizagem, que as inovações recaem principalmente, sobre o desenvolvimento do currículo.

DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Competência profissional do docente e da escola

No campo da experimentação o currículo faz parte das competências profissionais dos educadores em uma determinada instituição, pois, se baseia em competência individual ou coletiva resultante de processos de profissionalizações distintos. Gimeno (1998) destaca que o saber fazer docente é construído simultaneamente por professor e alunos que interagem numa troca de experiências entre si; na prática com os alunos; na aproximação afetiva que permite até relatos de experiências bem ou mal sucedidas; entre outros.

Observe como se apresenta o caráter educativo quando o professor interage, seguindo os princípios críticos:

Em cada um dos momentos do processo de ensino o professor está educando quando: estimula o desejo e o gosto pelo estudo, mostra a importância dos conhecimentos para a vida e para o trabalho, exige atenção e força de vontade para realizar as tarefas; cria situações estimulantes de pensar, analisar, relacionar aspectos da realidade estudada nas matérias; preocupa-se com a solidez dos conhecimentos e com o desenvolvimento do pensamento independente; propõe exercícios de consolidação do aprendizado e da aplicação dos conhecimentos. A realização consciente e competente das tarefas de ensino e aprendizagem torna-se, assim, fonte de convicções, princípios de ação, que vão regular as ações práticas dos alunos frente a situações postas pela realidade. (LIBÂNEO, 1994, p. 99)

Logo, se torna evidente que as relações democráticas de poder e o incentivo a participação, cooperação e trabalho integrado desenvolvem competências profissionais enriquecedoras e que atingem os alunos. Refletindo assim, o gosto do aluno de permanecer num local onde possa ser ouvido e envolvido.

Vale ressaltar que os recursos metodológicos desde a mais simples tecnologia a mais sofisticada devem atingir o aluno, dando assim sentido para determinada aprendizagem. Sobre a interação e o objetivo da assimilação por parte do aluno Luckesi destaca:

(...) Para tanto, o expositor (apresente ele a sua exposição oral, por escrito ou qualquer outro meio de comunicação), deverá saber suficientemente o que expõe, para possibilitar a compreensão clara do que se expõe. Algo só pode ser exposto a outro quando está, orgânica e compreensivamente, formulado no pensamento do expositor. A competência teórica é uma das virtudes fundamentais e necessárias ao expositor. Sem ela, técnicas de exposição não servem para nada. Para expor é preciso possuir conteúdos. (LUCKESI, 2002 p.143)

Pode-se então concluir, todos profissionais da educação, que para lidar com o processo de ensino/aprendizagem para a cultura do tempo de seu aluno e o desenvolvimento do juízo crítico sobre o que se aprendem esses profissionais devem-se apresentar competência, habilidade, conhecimento e referencial teórico. Todos esses elementos permearão uma prática eficiente.

Currículo coerente para alunos que apresentam inteligências múltiplas

A experiência docente é resultado do desenvolvimento do currículo desde a sua formação até o que efetiva na sua prática pessoal e profissional. A esse valor reporta-se na seguinte colocação:

O enfoque coletivo da profissionalização docente para desenvolver um currículo coerente para os alunos é uma necessidade urgente entre nós. O isolamento das aulas supõe a falta de questionamento das estruturas e decisões que dependem de instâncias coletivas. O individualismo dos professores, que pode cobrir inseguranças profissionais, modelos discutíveis e nem sempre confessáveis de relação com seus alunos, se faz tanto mais impermeável à mudança quanto menos desenvolvidos estão as estruturas de funcionamento coletivo. A pedra angular da profissionalização dos professores está em entendê-la de forma coletiva (...) superando o espaço aula como lugar predominantemente de exercício da profissão, e evitando, por outro lado, que o poder do professor sobre os alunos fique salvaguardado nesse espaço de “intimidade”. (GIMENO, 1998, p.198-199)

Diante do exposto é notório que Currículo coerente para os alunos atuais deve apresentar-se inovador. Trata de o mesmo ser a matéria-prima do trabalho na escola e do trabalho docente. Será ele, a razão de os alunos irem à escola e também justificar o trabalho do professor.

Frigotto (1999) evidencia a necessidade de o professor se atualizar, justificando e definindo a importância de certos conteúdos de suas disciplinas. Importa também um bom planejamento fundamentado na atenção, no conhecimento, nos objetivos, na ação e por último a avaliação; essa permitirá a retomada, intervenção ou consolidação do conhecimento ali, naquele momento.

Ainda, todo esse processo deve transparecer a entrega do professor ao seu trabalho, que ele busque conhecimento, se informe, se atualize de modo que o aluno perceba e sinta nele a possibilidade de auto crescimento e autodesenvolvimento (Luckesi,2002).

Diante desses fatos, se vê que as transformações sociais e as relações de trabalho impulsionam novas exigências para as práticas escolares. Para pontuar essas exigências recorre-se a teoria das múltiplas inteligências de Gardner(1995) e as implicações educacionais. Pode constatar que fundamentados nessa teoria a escola deve reconhecer que cada sujeito é único; que as inteligências se manifestam de maneiras diferentes, em níveis de desenvolvimento diferentes; que todas as inteligências são importantes para

que uma pessoa seja produtiva na sociedade e que se torna fundamental considera-las e oportunizar que se desenvolvam de maneira adequada.

Portanto, se faz necessário as circunstâncias que propiciarão situações de aprendizagens diversificadas tanto quanto são as inteligências. Isso se torna possível através do potencial desenvolvimento de atividades diferenciadas.

Nesse contexto os sujeitos são desafiados à exploração e à investigação. Tal e o perfil do professor inovador que permitirá ganhos significativos na aprendizagem de seus alunos com orientação e mediação do uso das diversas tecnologias na sua prática pedagógica que pode ser desde um livro didático até um software educativo.

Tecnologia da Informação e Comunicação, novas formas de olhar o mundo

A inventividade do homem marcada em todos os tempos está no fato da sua interação com o ambiente. Assim, desde os primórdios da civilização até os dias atuais o homem produz tecnologia resultante de seus desejos, na nova construção de seus conhecimentos e na necessidade de sua ação transformadora no seu entorno social.

E nessa busca de auto realização que seus indivíduos se fazem pertencentes a uma sociedade de bases tecnológicas, com mudanças contínuas e em ritmo acelerado. Cabe à escola esse novo olhar, de como as pessoas veem e aprendem o mundo incorporando para dentro de si o potencial pedagógico que as tecnologias podem proporcionar.

Morin (2000) afirma que novas são as exigências em relação à escola, pois as grandes transformações sociais impulsionam a formação de pessoas capazes de lidar com problemas que ainda desconhecem, lidar com o inesperado e com a incerteza. Para melhor elucidar as competências para a atuação nesse contexto de mudanças Bernardo Toro (2002) em seus *Códigos da Modernidade* destaca as sete competências para a participação produtiva na sociedade contemporânea: o domínio da leitura e da escrita; a capacidade de resolução de problemas e cálculos; a capacidade de análise, sintetização e interpretação de fatos, dados e situações; a capacidade de compreensão de seu entorno social; a capacidade de compreensão crítica dos meios de comunicação; a capacidade de localização, acesso e uso da informação acumulada e a capacidade de planejar, de trabalhar e de decisão em grupo.

Percebe-se que o papel da escola e seus elementos dentro de uma sociedade impactada por diversas tecnologias da informação e comunicação as competências

acima descritas são a todo momento colocadas à prova. Daí a importância de um novo olhar, a educação norteada pelo desenvolvimento dessas competências que permitirá a formação de cidadãos mais conscientes, produtivos e mais atuantes.

Cabe aos profissionais da educação também o olhar sobre a intenção das mídias na educação. Pode-se referir aqui a relevância das mídias audiovisuais que quando o sujeito lhe assiste despreziosamente e de forma aberta, inconscientemente está á mercê de uma formação que lhe está sendo sugerida. A escola e suas práticas devem atentar e estar preparada para analisar, por exemplo, as programações de TV.

A criança{...} é educada pela mídia, principalmente pela televisão. Aprende a informar-se, a conhecer –os outros, o mundo, a si mesma-, a fantasiar, a relaxar, vendo, ouvindo, “tocando” as pessoas na tela que lhe mostram como viver, ser feliz e infeliz, amar e odiar. A relação com a mídia eletrônica é prazerosa- ninguém obriga que ela ocorra; é uma relação feita através da sedução, da emoção, da exploração sensorial, da narrativa- aprendemos vendo a história que os outros nos contam. Mesmo durante o período escolar a mídia mostra o mundo de outra forma –mais fácil, agradável, compacta- sem precisar fazer esforço. Ela fala do cotidiano, dos sentimentos, das novidades. A mídia continua educando como contrapondo à educação convencional, educa quando estamos entretidos. (MORAN, 2000, p.33)

Diante das evidências de que as gerações que chegam à escola habituadas às linguagens audiovisuais, a escola não pode desprezar ou desconsiderar os aspectos dessa linguagem que seduz e fascina, pelo contrário trazê-la para dentro da escola, avaliando o que pode ser bom e apontando o que não seja adequado à formação cidadã. Possibilitando nesse momento o desenvolvimento da capacidade argumentativa.

Nesse contexto de investigação e exploração que possibilita não só as mídias audiovisuais, como também a internet e os softwares e outros meios de informação e comunicação o papel do professor é direcionado, a sua competência assim como a da instituição no qual trabalha está no fato de oportunizar mudanças de paradigmas não ao uso das tecnologias e suas finalidades, mas às aprendizagens.

EDUCAÇÃO E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO OU DIGITAL

A característica marcante dessa sociedade é a inserção cada vez mais cedo do sujeito na era digital. A rede de computadores proporcionou sem precedentes, a ampliação do acesso e divulgação de informações.

Diferentemente dos adultos, as crianças e jovens lidam muito bem com os aparatos tecnológicos pois eles nasceram inseridos nessa transformação. Percebe-se

então, a responsabilidade de ser a escola esse canal de produção e consumo de informações. Esse processo demanda de nova postura pedagógica: a de transformar a escola para a formação de cidadãos que exercerão seus direitos em uma sociedade cujo maior valor é o conhecimento.

Diante do exposto várias evidências são necessárias à educação: o currículo na educação deve ser repensado para um mundo globalizado onde é valorizada a inteligência como fruto de múltiplas competências; o professor deve colaborar para que se estabeleçam relações significativas que levam o conhecimento a patamares superiores, o professor se torna nesse processo o mediador no acesso ao conhecimento; cabe ao aluno o interesse e a investigação, ele se torna o agente ativo nesse processo, e a avaliação é direcionada nas relações e aplicação dos conhecimentos em novos contextos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma análise reflexiva de Escola e Currículo frente aos impactos das tecnologias na prática escolar. Constatou-se que a Escola precisa se inovar, o uso das tecnologias referente a produção do conhecimento se fazem necessárias para que as práticas escolares acompanhem o contexto sociocultural e as transformações pelas quais passam escola, currículo, metodologias e atuação de sujeitos. As Tecnologias da Informação e Comunicação se apresentam na sociedade da informação ou sociedade digital o propósito de atualização e qualificação dos processos educativos já que as crianças chegam à escola habituadas por exemplo às linguagens audiovisuais sem esforço cognitivo pois tais informações são explicadas ou exemplificadas sem a exigência de outro esforço. A possibilidade de interação, contato com os diferentes recursos tecnológicos de comunicação e informação propiciados pelo ambiente escolar colabora para a inserção do aluno na sociedade globalizada, deve-se na escola tomar como aliada a televisão, por exemplo, através da habilidade do professor e usá-la para extrair dela a educação que contrapõe à educação convencional. Entender os impactos da tecnologia e utilizá-la para a promoção de aprendizagens significativas tornam o novo, o inovador algo que não vá além das possibilidades. Torna-se algo real, dentro do processo do virtual para práticas efetivas.

REFERENCIAS

FRIGOTTO, E. Construção curricular e demarcação discursiva: gênese e afirmação da Proposta da Escola Cidadã de Porto Alegre. *In: MOREIRA, A. F. B. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.** Educação & Sociedade, ano XXI, nº 73, Dezembro/00 Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 19-11-2010.*

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIMENO, José. **Currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LIBÂNEO. José Carlos. **Didática Geral.** São Paulo: Cortez,1994.- (Coleção Magistério. 2º grau. Série Formação do professor) p.99

LUCKESI,Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições/ Cipriano Carlos Luckesi.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAN, José Manuel *et al.* **Novas Tecnologias e mediação pedagógica.** 6 ed. Campinas: Papirus, 2000.

MOREIRA, Antonio Barbosa et al.**Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica,2008. 48p

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Brasília: Cortez e Unesco, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Construindo as competências desde a escola.** Porto Alegre Artes Médicas Sul, 1999.

_____. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 2000.

TORO, Bernardo. Revista Nova Escola. Disponível em http://novaescola.abril.com.br/ed/154_ago02/htmlrepcapa_qdo_toro.html? Acesso em 30 de março.2006.



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA
MUNICIPAL FRANCISCO CAMPOS

SUELI APARECIDA FONSECA RAMOS

MONTE CARMELO, 2010



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
FRANCISCO CAMPOS

Trabalho apresentado à disciplina Projeto Vivencial do
Curso Formação de Gestores da Universidade Federal
de Minas Gerais.

Orientação: Grazielle Mariano Batista Maia.

MONTE CARMELO, 2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.....	08
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	10
CURRÍCULO.....	13
TEMPO ESCOLAR.....	18
PROCESSO DE DECISÃO.....	21
RELAÇÕES DE TRABALHO.....	23
AVALIAÇÃO.....	24
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	27

INTRODUÇÃO

[...] toda escola contém ao mesmo tempo o mosteiro e a cidadela. É um lugar específico, onde os membros das gerações jovens são reunidos por grupos de idade a fim de adquirir sistematicamente, segundo procedimentos e modalidades fortemente codificadas, disposições e competências que não são do mesmo tipo das que eles teriam podido adquirir ao acaso das circunstâncias da vida e em função de suas demandas espontâneas. Aqui se obtém respostas a questões que não seriam jamais colocadas em outros lugares. Aqui a herança da experiência humana é comunicada de forma mais “universal” possível, isto é, também menos “concreta”, a menos pertinente em relação às interrogativas pontuais, aleatórias ou rotineiras suscitadas pelas situações triviais da vida.

Jean-Claude Forquin

A Escola Municipal Francisco Campos pertence à Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, MG. Está localizada na Avenida Santa Rita de Cássia S/N, no bairro de mesmo nome; com o telefone (34) 38491200. Devido ao seu crescente desenvolvimento a escola possui o seu segundo endereço nesta mesma avenida, no local denominado Escola Maria Brandão Vieira - “Curumim”. O site da escola é <HTTPS://sites.google.com/site/emfranciscocampos/home>.

Em funcionamento na zona urbana desde 1994, com a Portaria SEE nº 617/94 publicada no MG de 20/05/1994, a escola oferecia então apenas as series iniciais do Ensino Fundamental- EF. Atualmente a escola atende a Educação Infantil de 04-05 anos, Os Anos Iniciais e Anos finais do Ensino Fundamental, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, séries iniciais e séries finais do EF e o Programa Acelerar para Vencer- PAV. Ainda fazemos a parceria com salas do Projovem Urbano e Projovem Trabalhador.

Atendemos aproximadamente a 1100 alunos. Fazem parte do nosso quadro 76 funcionários. Destes, 30 professores P1 regentes de sala, 24 professores P2 regentes de aulas, supervisores, direção, vice direção, coordenação de extensão, bibliotecária, eventuais, porteiro, secretárias, serviçais, rondante e monitores de informática. Na sede chamada de “Francisco Campos” funciona as salas dos terceiros anos até os nonos anos e EJA noturno. São 27 turmas distribuídas nas 13 salas de aula. Há um laboratório de informática com 25 computadores conectados que atendem os

alunos da escola, funcionários e pais para os cursos básicos de informática e também as aulas diferenciadas. Há uma biblioteca, sala de vídeo, salas da direção, vice-direção, supervisão e demais dependências comuns pertencentes a uma escola. Nossa quadra poliesportiva e coberta e é onde realizamos os eventos da escola.

No segundo endereço chamado de “Curumim” são atendidos desde a Educação Infantil de 04 anos até o 4º Ano. Com funcionamento em dois turnos, matutino e vespertino. São 18 turmas divididas em 12 salas de aula, uma sala de informática com oito computadores conectados, quadra s/cobertura, muita área verde e também demais dependências comuns às escolas.

A escola está localizada em bairro periférico e atende a comunidade de vários bairros e zona rural. Muitos de nossos alunos presenciam diversas formas de violência nos seus locais de origem. Através de diagnósticos sociais realizados pela Escola, Programas da Ação Social do município verifica-se que os fatores: condições sociais desfavorecidas, a jornada de trabalho intensa para pais e mães que obrigam a ausência de seus lares por longos períodos, e a própria vulnerabilidade da população no ambiente onde circulam drogas e prostituição colaboram negativamente na formação de nossos jovens. Sabendo disso a parceria entre a Escola, o Centro de Referência Apoio Social (CRAS) e o Projeto Social Curumim deverá ser cada vez mais intensificada.

Atualmente boa parcela de nossos jovens está na assistência de programas sociais como as atividades no contra turno na Casa da Família e no Projeto Curumim, Projeto Segundo Tempo (esporte) que são oferecidas no contra turno do horário escolar. Assim, nesse retrato aparece a frequência escolar obrigatória para a participação nos eventos promovidos pelas entidades relacionadas.

Para firmar ainda mais esta parceira resgataremos atividades que promoverão a música, criatividade e demais artes, assim como o esporte e reforço escolar. Assim, com a concreta efetivação de colaboração com essas instituições e num mesmo propósito diminuiremos a situação de vulnerabilidade

e risco social que podem contribuir para o baixo rendimento escolar indo até a instância da defasagem idade/série, abandono e repetência escolar.

Esta parceria contemplada no PPP da escola deve estar comprometida com a transformação da sociedade e edificando esta “comunidade de aprendizagem” está o diálogo. Portanto, este PPP, que tem sua reestruturação em diagnósticos, pesquisas e observações empíricas onde os sujeitos escolares, professores, pais, alunos, funcionários e entidades sociais acima citadas colaboraram para que o mesmo se fizesse.

Para que a nossa Escola atenda às inúmeras transformações sociais a ela e a sociedade imposta se faz necessário que o PPP tenha significado, sentido. Gadotti (1994) expõe a importância de se planejar o futuro. Com vistas às ações que desse “planejar” podem vir, é urgente que pensemos quais são as expectativas da sociedade frente às transformações no contexto contemporâneo. Para bem explicar recorreremos ao texto “A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola” onde Oliveira nos sinaliza:

[...] Estas alterações do capitalismo criam novas demandas e exigências para a escola. Dentre as quais: a) o estabelecimento de finalidades educativas mais compatíveis com os interesses do mercado e do mundo do trabalho; b) a requisição de habilidades e competências que tornem os trabalhadores mais flexíveis e polivalentes para a vida profissional; c) a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação; d) as mudanças nas atitudes, no comportamento e, sobretudo, no trabalho docente, que tem por base expectativas, objetivos e ações externamente delineadas.

Diante do exposto retrata-se e evidencia que a reestruturação de nosso PPP é fundamental para que a apropriação do saber escolar possa contribuir para edificar mentes que comporão uma sociedade mais humana, resguardando e criando valores onde o momento histórico contribuirá para a formação de culturas de respeito, solidariedade e compromisso com todos.

Cientes e acordados com Veiga (1998) que explica a filosofia da ação dos sujeitos participantes de um projeto pedagógico cuja reflexão deve ser o sustentáculo sobre as finalidades da escola, a explicitação de sua função social e a operacionalização das ações de todos os envolvidos, também

concordamos que na construção do PPP da escola há de ser firmado o compromisso político e pedagógico coletivo permeado de crenças, convicções conhecimento da realidade local e regional onde nosso aluno está, e também pautado na historicidade e reconstrução desse contexto político, histórico, social e científico.

Diante da riqueza de atores envolvidos no processo educativo, a alusão se dá na relação dos diferentes atores sociais constitutivos de aprendizagens, tão bem definida por Torres (2003, p.83):

Uma comunidade de aprendizagens é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si própria, suas crianças, seus jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas nas suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar essas carências.

Partindo do entendimento que a escola poderá ser afetada positivamente pelas práticas sociais vivenciadas na informalidade dessa educação nas várias instâncias comunitárias, fortaleceremos as práticas educativas extraescolares como coparticipe do processo educativo. Fazendo isso colaboraremos para a superação de preconceitos de toda ordem indo à aproximação cultural entre escola e seu público.

Estudos recentes sobre desempenho dos alunos, atentando aqui os de Abramovay (2004) apontam que os comportamentos agressivos e violentos envolvendo escola e seus sujeitos estão relacionados com os sentimentos de não pertencimento e exclusão sociais vividos pelos alunos. Atentos para esse fato, a escola propiciará possibilidades de interação e diálogos onde nossos alunos exporão seus sentimentos e poderão se auto conhecer. Nesse contexto o suporte será na prática efetiva de programas como o Jovem Construindo a Cidadania- JCC que contamos com a parceria da PM Educativa em nossa escola. Nele o pressuposto está no fato de o jovem tornar protagonista de ações positivas e transformadoras do seu meio.

FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumir a responsabilidade por ele, e, com tal gesto, solva-lo da ruína que seria a inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos pequenos e dos jovens. A educação, é também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender algo novo e imprevisto para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum
Hanna Arendt

Contemplando a educação como processo cultural capaz de inserir o sujeito no mundo social e ao mesmo tempo transformá-lo. Acreditamos na educação como um dos meios mais eficazes de promoção do ser humano.

Partindo desse pressuposto e concebendo que a educação é direito subjetivo, social, resguardado legalmente na escola pública brasileira segundo a Constituição Federal de 1988 e especificamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda, que seus determinantes perpassam a fundamentação e difusão da democracia, se faz necessário uma diretriz que norteie todo o trabalho desenvolvido em uma escola.

Nesse trabalho de planejamento Souza (2005) salienta a importância de articulação entre planejamento de ensino e o planejamento global da escola quando destaca "... desse modo, o planejamento de ensino passa a ser compreendido de forma estritamente vinculada às relações que se produzem entre escola e o contexto histórico-cultural em que a educação se realiza".

Nesse Projeto Político Pedagógico contemplamos a educação resguarda ao aluno no seu direito ao processo do conhecimento historicamente produzido, possibilitando-o o desenvolvimento de habilidades, liberdade e autonomia. Portanto, que esse sujeito seja capaz de transformar sua

comunidade e sociedade usando dos conhecimentos adquiridos e produzidos através da colaboração do ambiente escolar.

Alusivo a esse direito reportamo-nos a Curry em “O DIREITO À EDUCAÇÃO: campo de atuação do gestor educacional na escola”:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistematizado é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem mais possibilidade de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte desses novos conhecimentos.

Diante tais evidências, as pesquisas e nossa vida social, política e ética nos apontam que com a revolução do mundo das informações se torna imperioso que nossas crianças, jovens e adultos alunos tenham acesso a experiências que possibilitem a apropriação e difusão de conhecimentos que permitam uma vivência mais solidária, justa e feliz. Assim sendo, essa inserção no mundo far-se-á de nossa escola o principal veículo para que aprendizagens e assimilações de métodos nos vários conteúdos sejam significativas, possibilitando a experiência virtual de vida dentro da sala de aula e escola todas permeadas e edificadas em valores positivos para que nossos alunos possam ao apropriar-se do conhecimento fazer escolhas e circunstâncias melhores para sua vida.

Para que a nossa escola possa contribuir para a emancipação desse sujeito, se faz necessário que nós representando escola pública democrática, através de uma gestão também democrática criemos condições nas suas ações experienciais pautadas no respeito, na equidade, na justiça, contemplado a inclusão e o direito ao acesso e permanência a todos independente de condições ou necessidades especiais, na promoção da saúde na escola e na valorização da educação como mola propulsora do desenvolvimento humano.

Diante do exposto apresentamos as finalidades de nossa escola que se baseiam, nos cadernos da Secretaria de Educação (CEALE) e no Currículo

Básico Comum (CBC). Apresentamos participação nas avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação - SIMAVE no Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA e no Programa de Avaliação da Rede pública de Educação Básica PROEB. A contínua aplicação do Programa de Intervenção Pedagógica continuará sendo uma prática para aprendizagens mais significativas com ações que pontuarão ações eficientes para a garantia de melhor desempenho de nossos alunos.

A importância do planejamento na organização do trabalho da escola e da sala de aula, pautado no planejamento curricular, metas, relações afetivas, socialização sistematizada e organizada de nossa cultura, isso próprio apenas da escola, determinarão nossas práticas.

A dimensão ética do trabalho pedagógico e social dentro da escola deverá ser fundante para que todas as ações desenvolvidas na escola, vá além de uma tarefa desafiadora, que ela seja eficiente.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

“Qualidade é um conceito relativo e dinâmico. Não se pode definir em termos absolutos. É sempre possível pretender mais qualidade. Um movimento de busca de qualidade é por essa razão um processo que, uma vez começado nunca termina. A melhoria alcança novas alturas com cada problema que se revolve.”

Sylvia Schmelkes

A função da escola é algo a ser construído dentro de um momento histórico que determina seu papel, função, bem como dos sujeitos envolvidos, diante de variadas manifestações. Para isso há de estruturar a fim de que possa oferecer um serviço educacional de qualidade. Os 76 (setenta e seis) funcionários que atendem a escola atualmente estão divididos nas seguintes funções:

- ✓ 01 professor para regência de cada turma desde a Educação Infantil até o 5º Ano dos Anos Iniciais do EF; portanto serão 28

professores de nível I (PI) e 01 professor PI para a EJA Anos Iniciais.

- ✓ Para as 12 (doze) turmas dos Anos Finais do EF e EJA também Anos Finais serão 23 (vinte e três) professores do nível II (PII)
- ✓ O quadro de eventuais deverão ser supridos obedecendo ao número de turmas por turno, no caso dos dois endereços caberão 04 (quatro) eventuais
- ✓ 02 supervisores que atenderão o Serviço de Supervisão Pedagógico da Escola;
- ✓ 01 porteiro e 01 rondante (guarda noturno)
- ✓ 01 diretor, 01 coordenador (no segundo endereço), 01 vice-diretor;
- ✓ 02 (duas) secretárias e
- ✓ 11 serviçais (sede) as demais serão por conta da parceria entre Projeto Curumim (Ação Social) e Escola.

O trabalho docente, além das áreas do conhecimento contempla os temas transversais cujos objetivos giram em torno das capacidades de ordem cognitiva, física, afetiva, relações de inserção social, relações pessoais, estética e ética, enfim contemplam o desenvolvimento global.

Nossa escola no seu aspecto administrativo contempla na gestão das instituições escolares o fortalecimento das decisões da escola num processo participativo. Contemplando na sua estrutura organizacional os aspectos administrativos e os aspectos pedagógicos.

Ao primeiro, serão necessários os recursos humanos mínimos para a execução das funções na escola, seu provimento se dará seguindo as normas legais do plano de carreira do município, inclusive a eleição de diretor para a Escola.

Os recursos financeiros principais são os previstos pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação- FNDE. O Programa Dinheiro Direto na Escola e do Programa de Desenvolvimento da Educação- PDE ação estratégica são os recursos que serão investidos em conformidade a gestão dos recursos financeiros da escola. Ficará a Caixa Escolar o gerenciamento dos recursos financeiros da origem acima referida e também de outros oriundos de outras fontes como as arrecadações em festas juninas.

A participação da comunidade no cotidiano escolar será legitimada pelos órgãos deliberativos da Escola.

Quanto aos aspectos pedagógicos o planejamento se torna um instrumento que redefine sua função nas dimensões do trabalho coletivo e o compromisso com a transformação social. Essas bem expressas no texto “ A relação entre planejamento-plano- projeto” no subitem O planejamento estratégico descrita por Silva:

O trabalho coletivo implica uma compreensão mais ampla da escola. É preciso que os diferentes segmentos e atores que constroem e reconstróem a escola apreendam suas várias dimensões e significados. Isso porque o caráter educativo da escola não reside apenas a espaço de sala, mas nas práticas que aí se desenvolvem. A escola educa não apenas nos conteúdos que transmite, na medida em que o processo de formação, humana que ali se desenvolve acontece também nos momentos e espaços de diálogo, de lazer, nas reuniões pedagógicas, na postura de seus atores, nas práticas e modelos de gestão vivenciadas.

Mais adiante, Silva reitera o enunciado afirmando que cabe a escola como tarefa e função contribuir para a transformação social. Sendo assim, a organização pedagógica da escola deverá ter seu foco no desempenho pedagógico, este que irá propiciar.

CURRÍCULO

O conhecimento torna-se não somente uma aquisição individual, mas uma das possibilidades de desenvolvimento da pessoa que terá reflexos na vida em sociedade.

Elvira Souza Lima

A produção do conhecimento na escola deve ser orientada por práticas e ações intencionais. Partindo desse entendimento concebemos currículo como toda prática pedagógica e política dentro da escola e as trazidas para esse entorno, capaz de associar-se conhecimentos, valores, organização, elaboração e participação dentre outras formas de assimilação.

Portanto, o aluno tem direito a um currículo organizado de forma que o promova no seu desenvolvimento em todas as suas instâncias. Analisamos o conhecimento no contexto escolas à luz do enunciado de Santos(1995)

Denominamos conhecimento escolar aquele conhecimento que tem uma construção específica para a escola e não constitui uma simplificação de conhecimentos produzidos fora da escola. Assim, o conhecimento escolar tem características próprias, é distinto de outras formas de conhecimento. Sua produção, seleção, no entanto, se dão em meio a relação de poder estabelecidas no aparelho escolar e entre esse aparelho e a sociedade.

E em nome desse conhecimento escolar, direito do aluno e que a Escola deve contemplar um currículo rico, significativo. Que frente ao contexto mundial se apresente segundo Terigi (1999) como a “recontextualização do conhecimento escolar”. Adverte-nos o autor que os conteúdos ensinados atualmente não podem ser concebidos literalmente como nos de sua produção. Necessita, portanto de adaptar ao momento histórico atual sem perder a sua função e historicidade. Entendemos que o currículo é um produto histórico e sua investigação parte das necessidades do aluno. Mas devemos contrapor nesse contexto atual a sua produção e função historicamente e culturalmente formada. Nosso currículo deverá conter questões de o que, como e para que ensinar devem estar em consonância com o como avaliar. Sobre isso a

SEE/MG 2006 afirma “ O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações.”

A comunidade escolar sabendo do pertencimento ao Sistema de Avaliação da Educação Básica- SAEB tem nas Diretrizes Curriculares Nacionais a referência para a organização do currículo escolar.

Para melhor esclarecer o parecer da CEB nº 4/98 e a Resolução nº 2 de 1998, a organização do currículo escolar está proposta nas sete diretrizes a seguir apresentado por Bonamino e Martinez (2002):

- 1) As escolas deverão fundamentar suas ações pedagógicas em **princípios éticos, políticos e estéticos**. Tais princípios são complementares e relacionam-se à autonomia, responsabilidade, solidariedade, cidadania e vida democrática. Os documentos consideram ainda a existência de princípios estéticos da sensibilidade, que devem conduzir as ações pedagógicas escolares ao reconhecimento da sensibilidade e criatividade do comportamento humano e à valorização da diversidade de manifestações artísticas e culturais da realidade brasileira (Brasil, 1988 a, p.1)
- 2) Uma segunda diretriz diz respeito ao **reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e demais profissionais** que atuam na educação escolar, bem como ao reconhecimento da **identidade institucional das escolas e dos sistemas de ensino**. Aponta-se, então, para a necessidade de a escola acolher as diversidades e peculiaridades étnicas, etárias, regionais, socioeconômicas, culturais, psicológicas, físicas e de gênero das pessoas implicadas diretamente com a educação escolar. Tal postura vai ao encontro de dispositivos constitucionais e do Programa Nacional de Direitos Humanos, que reconhecem a dignidade da pessoa humana (art. 1º, 2º e 3º da CF), a igualdade perante a lei (art. 5º da CF), a necessidade de repúdio e condenação a quaisquer formas de discriminação (art. 3º da CF) e a promoção dos direitos humanos (PNDH)
- 3) A terceira diretriz considera **o processo educacional como uma relação indissociável entre conhecimentos, linguagem e afetos**, constituinte dos atos de ensinar e aprender. A afirmação dessa perspectiva conduz à valorização do diálogo e à adoção de metodologias diversificadas em sala de aula, isto é, de múltiplas interações alunos/alunos, professores/alunos, alunos/livros, vídeos, mídia, materiais didáticos etc;

que permitam a expressão de níveis diferenciados de compreensão, conhecimentos e valores éticos, políticos e estéticos.

- 4) A quarta diretriz apóia-se no art 9º da LDB para estabelecer **conteúdos curriculares mínimos para a chamada Base Nacional Comum**. Destaca o Parecer: (...) a instituição de uma Base Nacional Comum com uma parte diversificada, a partir da LDB, supõe um novo paradigma curricular que articule a Educação Fundamental com a Vida Cidadã. O significado que atribuímos à Vida Cidadã é do exercício de direitos e deveres de pessoas, grupos e instituições na sociedade, que em sinergia, em movimento cheio de energias que se trocam e se articulam, influem sobre múltiplos aspectos, podendo assim viver bem e transformar a convivência para melhor. (Brasil, 1998 b, p.9).

Nessa perspectiva, a base comum e a parte diversificada devem articular cidadania e conhecimento nos currículos da educação fundamental. A “ vida cidadã” diz respeito a aspectos relacionados com saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagens. Já as “áreas do conhecimentos” se referem à Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas e migrantes) Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa (Brasil, 1998b, p.7). Estabelece-se, assim, uma estrutura curricular básica, na qual os aspectos mais inovadores estão relacionados à “vida cidadã” e evocam os Temas Transversais.

- 5) A quinta diretriz, em consonância com o artigo 27 da LDB, orienta as escolas no sentido da condução de propostas curriculares e de processos de ensino **capazes de articular os conhecimentos e valores da Base Comum Nacional e da Parte Diversificada ao contexto social** (Brasil, 1998b, p.11)
- 6) A sexta diretriz enfatiza a **autonomia escolar** e fundamenta-se novamente na LDB para orientar as escolas no uso da Parte Diversificada do currículo no desenvolvimento de atividades e projetos de seu interesse específico (Brasil, 1998b, p.11). A diretriz se apóia na LDB (art. 9º IV) para reafirmar a competência de estados, municípios e estabelecimentos escolares no sentido de complementarem os currículos mínimos com uma parte diversificada.
- 7) A sétima diretriz pondera sobre propostas pedagógicas capaz de zelar pela existência de um clima escolar de cooperação e de condições básicas para planejar os usos do espaço e do

tempo escolar. Diz respeito à **interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, do sistema seriado ou por ciclos, do currículo.**

Em observação ao exposto e também constante na sua legalidade, a Escola terá seu currículo em atenção ao exposto e entendendo a dinâmica que ocorre na produção do conhecimento e também o conhecimento relativo às instâncias do mundo do trabalho se faz necessária uma reflexão sobre as práticas que propiciarão a aquisição do currículo. Esta não apenas como balizadora de aquisição de competências e capacidades de nossos alunos e sim “currículo” como produção cultural, direito de educandos e educadores, conhecimento, diversidade e avaliação.

Concernente à Educação Infantil as orientações para esse nível estão nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CEB 1, de 7/4/99) e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Cientes de que as propostas pedagógicas para esse nível são amplas e são direcionadas pelos princípios éticos, da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; direitos e deveres do cidadão, do respeito à ordem democrática e do exercício da criticidade e pelos princípios estéticos da ludicidade, criatividade, sensibilidade e da diversidade nas manifestações culturais e artísticas, nossa escola contemplará nessa fase da educação tais princípios em favor do desenvolvimento de seus educandos.

Os conteúdos serão estabelecidos conforme o RCNEI em conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais; esses apresentados por eixos de trabalho organizados em blocos. Fará parte do processo educativo a avaliação sistemática e contínua, para o aprimoramento desse nível de ensino.

Diante da legalidade do currículo é imprescindível que a prática de nossos profissionais sejam pautadas pelas relações democráticas e de participação, interação e integração dentro de suas competências profissionais.

Nessa perspectiva reportamo-nos à Gimeno 1998, p.198-199):

O enfoque coletivo da profissionalização docente para desenvolver um currículo coerente para os alunos é uma necessidade urgente entre nós. O isolamento nas aulas supõe dependem de instâncias coletivas. O individualismo dos professores, que pode cobrir inseguranças profissionais, modelos discutíveis e nem sempre confessáveis de relação com seus alunos, se faz tanto mais impermeável à mudança quanto menos desenvolvidas estão as estruturas de funcionamento coletivo. A pedra angular da profissionalização dos professores está em entendê-la de forma coletiva(...) superando o espaço da aula como um lugar predominantemente de exercício da profissão, e evitando, por outro lado, que o poder do professor sobre os alunos fique salvaguardado nesse espaço de "intimidade".

Pressupomos que a prática de efetivação do currículo colabora para as experiências docentes e, portanto, para sua profissionalização.

A Oferta do Atendimento Educacional Especializado- AEE se dará na Sala de Recursos Multifuncionais a ser implantada na Escola. Em consonância com a educação inclusiva, as políticas públicas a têm como tema central. Portanto cabe a nós, Escola, criar e assegurar o ingresso, a participação e a aprendizagens nas escolas públicas brasileiras. Cremos que na perspectiva da multiplicidade as diferenças são superadas e na perspectiva da igualdade, também que a capacidade de aprender é o ponto de partida, portanto as diferenças da aprendizagem são entendidas apenas como processo e ponto de chegada para que nossas ações pedagógicas tenham valor edificante na vida de nossos alunos.

Diante da igualdade de direitos das pessoas e principalmente do direito à escola pública de qualidade esse PPP deverá incorporar no seu currículo os seguintes aspectos: social, cognitivo e afetivo. Assim, sabemos que a partir do currículo comum cujo referencial para a Educação de toda criança, independente de condição social, pessoal ou cultural, o currículo deve se apresentar flexível e aberto. Mais, ele deve ser funcional para que assim possa contribuir e dar sentido à vida de nossos alunos.

Atentos para as experiências e movimentação, dinâmica da escola, independente de deficiências sabemos que as experiências com práticas inclusivas vai além da questão curricular, são as concepções e ideologias que permeiam a incompletude do ser. Refletindo sobre as práticas pedagógicas e

escolares de que elas tentam completar o outro, e fazer desse algo mais completo, realizado nos ampamos no seguinte:

“ O currículo é o conjunto de todas as experiências escolares de conhecimento proporcionados aos/às estudantes, portanto se constrói na instituição escolar, nos acordos e conflitos diários no interior das instituições. Se o currículo, evidentemente, é algo que se constrói, seus conteúdos e sua forma última não podem ser indiferentes aos contextos aos quais se configura.(LOPES,2000,p.19)

O currículo da Escola preverá essa modalidade de ensino transversal a todos os níveis etapas ou modalidades oferecidas pela Escola. Partindo dessas concepções o foco que nossa Escola assumirá é o da eficiência e não da deficiência do seu compromisso com a educação pública.

TEMPO ESCOLAR

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituada como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Stuart Hall

Presumindo que as práticas e organizações estruturais de uma escola devem estar voltadas para o efetivo atendimento ao nosso aluno, e que esses possuem ritmos diferenciados de aprendizagem, nossa Escola oferecerá recursos escolares que deverão suprir deficiências que apresentam as séries ou ciclos. Têm na sua organização o ensino por Anos de escolaridade.

Nossa escola deverá adotar a partir do 6º ano do EF a progressão parcial para alunos reprovados em até 02 (dois) conteúdos isto, previsto no art. 114 de nosso Regimento Escolar.

A Escola está organizada em de acordo com as Diretrizes Curriculares tanto na EI, no EF quanto na EJA. Assim o efetivo trabalho escolar corresponde às atividades realizadas na sala de aula e nos demais ambientes educativos.

Nosso calendário previsto no título V do Regimento Escolar, Capítulo 1 da Organização dos Tempos Escolares em conformidade com a Legislação da educação brasileira contempla no documento interno citado acima em seu art. 86 o EF com a composição de 200(duzentos) dias cada um com no mínimo 04 (quatro) horas diárias de efetivo trabalho escolar. Ficando assim determinado a carga horária anual a mínima de 800(oitocentas) aulas desenvolvidas em 40 (quarenta) semanas. Nesse mesmo documento e nos artigos seguintes, art.87 e art. 89 contemplam respectivamente a carga horária da Educação Infantil igual ao do Ensino Fundamental, e a modalidade EJA anos iniciais e anos finais a organização em semestres. Cada um dos dois terá a duração mínima de 100 (cem) dias letivos e uma carga horária de no mínimo 400 horas.

O tempo da aula em nossa escola é de 50(cinqüenta) minutos a hora aula e a regência de 20 horas semanais. As aulas ainda serão divididas conforme as resoluções da SER de nossa jurisdição. A essa peculiaridade poderá a escola adaptar carga horária de aulas diferenciadas, como exemplo, as ministradas pelo professor da aula ou mesmo o regente no laboratório de informática.

A carga horária dos profissionais da educação em nossa escola deverão seguir as normatizadas no Plano de Carreira Municipal. Havendo, portanto, a determinação do cumprimento semanal da carga horária 2 (duas) horas do módulo II; este utilizado para planejamento e estudos.

O tempo escolar do aluno na escola é o previsto e descrito anteriormente (mínimo 800 horas anuais) ficando o aluno submetido à chamada e apurada a freqüência diária. Tendo o percentual de no mínimo 75% da carga horária prevista para a aprovação.

Nos anos iniciais a recuperação paralela e outras formas de suprir defasagem de aprendizagens deverá ser oferecida. A Escola ao adotar o regime de anos seqüenciais e a partir do 6º ano a progressão parcial deverá oferecer os Estudos Suplementares nos conteúdos objeto de reprovação. Para isso o professor em conformidade com o Conselho de Casse deverá estar

atento à duração da recuperação da aprendizagem em observância ao art. 117 do Regimento Escolar que prevê como parâmetro o mínimo de 01 (um) bimestre e o máximo de 01 (um) ano letivo. Assim, de acordo com as experiências anteriores adotamos e assim continuaremos a realizar as avaliações de Progressão Continuada no final dos semestres.

Na organização por nós adotada observamos os objetivos da progressão continuada para os anos finais do EF conforme Perrenoud (2004) citado por Freitas no texto “CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-escolares da escola?”. Sobre os planejamentos de aprendizagens plurianuais, o primeiro autor apresenta as seguintes razões:

- a) Definir as etapas mais compatíveis com as unidades de progressão de aprendizagens;
- b) Permitir um planejamento mais maleável das progressões, uma diversificação das trajetórias;
- c) Favorecer maior flexibilidade para a incorporação diferenciada aos alunos, em diversos tipos de grupos e de dispositivos didáticos;
- d) Assegurar maior continuidade e uma coerência mais forte, com a responsabilidade de uma equipe por vários anos;
- e) Perseguir os objetivos de aprendizagens referentes a vários anos, que constituem referências essenciais para todos e orientam o trabalho dos professores.

Ainda sobre a progressão continuada, observamos que ela respeita os ritmos de aprendizagens, para que tal realidade se efetive sem prejuízo aos conhecimentos pertinentes ao ano de escolaridade e a vivência em sociedade concordamos com o autor que tão bem expõe:

“ A progressão continuada permite uma nova forma de organização escolar, conseqüentemente, uma outra concepção de avaliação. Se antes aprovava-se/ reprovava-se ao final de cada série, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso intra e inter-ciclos” (p.79). (...) ”A denominação progressão continuada foi adotada, como enfatizam diversos textos oficiais, porque extrapola a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implementação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda criança é capaz de aprender. Então, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem mesmo que em níveis diferentes. Atrelada a essa concepção

está o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos. Cada qual tem o direito de se desenvolver no seu ritmo natural e a escola, portanto, deve garantir a aprendizagem do aluno.” (BERTAGNA, 2003 P.81)

Para atender aos diferentes entendimentos e ritmo dos alunos os profissionais envolvidos no pedagógico da escola deverão atender todos os alunos nas suas várias práticas ao Programa de Intervenção Pedagógica cujo compromisso coma educação mineira reflete oportunidades de aprendizagens em tempos determinados (toda criança lendo e escrevendo até os oito anos de idade) e o desempenho dos alunos ao final do 3º ano, 5º ano e 9º ano.

PROCESSOS DE DECISÃO

Não tenho dúvida de que o problema fundamental que se coloca hoje na luta pela transformação da sociedade não é o da pura tomada do poder, mas o da tomada que se alongue criativamente na reinvenção do poder..

Paulo Freire e Antonio Faundez.

A Escola ao se tornar espaço de práticas democráticas privilegiará as ações conjuntas para que a autonomia da escola seja um parâmetro político na formação de nossos alunos. Para isso cremos que a descentralização da tomada de decisões em qualquer instância educativa deve ter mecanismos de participação onde representantes dos vários segmentos que compõe a comunidade escolar e a externa local possam participar na vida da escola.

A participação em nossa escola está expressa no Conselho de Classe, Conselho Fiscal- Colegiado e na instância municipal o Conselho Escolar. O pertencimento do bem público, escola, deverá ser resguardado por nós profissionais da Escola como direito dos alunos, pais e comunidade. Para tal, se faz necessária a seguinte reflexão

O sentimento de pertença da escola a todos os cidadãos a quem ela requer a identificação ao seu projeto educacional. Se a participação requer compromisso advém desta identificação,

deste sentimento de pertença. As pessoas somente se comprometem com aquilo em que acreditam, com aquilo que lhes diz respeito, que faz sentido para suas vidas. Se é assim, então passam a querer exercer seu poder, participar das decisões, porque adquiriram consciência de que estas afetam suas vidas. Só há efetiva participação e compromisso quando se estabelece a cultura do querer fazer, no lugar do dever fazer, para exercer o poder sobre o que nos pertence, o que diz respeito às nossas vidas, ao nosso futuro, que está vinculado ao futuro social. (MEC/SEB. 2004 p.26)

Esse sentimento de pertencimento da escola estará expresso nesse PPP onde os sujeitos da educação passam a se comprometerem e legitimar a participação dessa gestão compartilhada. Assim, o Caixa Escolar, o Colegiado e o Conselho de Classe em nossa escola terá sua atuação normatizada segundo a legislação vigente e Regimento Escolar em conformidade com os capítulos III, IV e V do referido documento.

A comunidade reconhece a importância da participação da comunidade na instância educativa por isso ampara na seguinte expressão do texto “Planejamento em Educação” onde comenta:

A defesa da participação se constitui, portanto, em caminho fundamental para a democracia, o que implica em se romper com as estruturas que produzem relações hierárquicas de poder, marcadas pelo centralismo e o autoritarismo, na direção de uma maior abertura e efetiva participação dos diferentes segmentos na definição e na construção dos rumos da escola. Todavia, se por um lado é possível reconhecer a centralidade e urgência do tema da participação no campo da educação, por outro lado, é preciso reconhecer, também, que essa participação, no contexto das organizações, inclusive a escola, representa um fenômeno complexo, de múltiplas faces e características. Ou seja, a idéia, o conceito e a prática de participação são ambíguos e podem refletir diversas realidades, o que conduz a diferentes formas de se conceber e classificar o ato de participar.(SILVA, s.d p.3)

Para resguardar os atos e sujeitos da escola de possíveis interpretações que venham a prejudicar o bom andamento das atividades, as demais decisões a serem tomadas que não estão expressas nos órgão acima mencionados serão as regras internas que a escola possui e as amparadas no Regimento Escolar.

RELAÇÕES DE TRABALHO

Em um *prácticum* moral realiza-se algum tipo de atividade social (profissional, familiar, de lazer) mas ao mesmo tempo com intenção e preocupação educativas. Trata-se, pois, de um meio excelente para iniciar-se na forma habitual de enfrentar os problemas morais que tem o grupo social ao qual pertence e, além disso, é um meio para transmitir de modo muito contextualizado os guias culturais de valor e para treinar cada sujeito no uso dos procedimentos da consciência moral.

Josep M. Puig

Um clima de respeito, prazeroso, de abertura e edificado em valores cujo código nos refere como pessoas será o foco das relações de trabalho de nossa escola.

Para que as relações interpessoais sejam enriquecedoras para a promoção tanto de crianças, jovens ou adultos de nossa escola, independente da condição de aprendiz, professor, serviçal, enfim de sua função na escola o clima de transparência e respeito deverá ser perpetuado. Sabendo disso cabe a toda equipe escolar zelar na construção de uma relação humana mais saudável observando no exposto pela Apostila da Consultoria Técnica Educacional CTE no Guia do Diretor Escolar:

- Os valores: o primeiro componente que define a qualidade de nossas relações com as pessoas é o nosso conjunto de valores. Nosso código de referência para abordagem do mundo são as pessoas. Faça uma reflexão a respeito de seus valores e veja, até que ponto, os mesmos tem afetado sua vida e suas relações.
- Diferenças Individuais: cada pessoa entra na relação, não só com seus valores, mas também com suas características individuais. As diferenças podem ser complementares, neutras ou antagônicas para nossas relações interpessoais.
- Habilidades: com relação aos valores e às diferenças individuais assistimos a uma discussão permanente sobre o que é hereditário e sobre o que é aprendido. No que chamamos habilidade, essa discussão desaparece, e entramos no campo da aprendizagem. E é através da aprendizagem que podemos criar novas respostas, novos comportamentos.

Na vida real, o que mais encontramos são deficiências de aprendizagem, afetando o relacionamento humano. (apud SEE/2008 p. 65,66)

Percebendo que as relações sociais perpassam a prática, essa deve ser concebida na sua dimensão cultural com o foco na eficiência das relações e não naquilo que falta ao outro para nos completar, ou seja, a sua deficiência. Assim, nossas ações refletem nossos modos de pensar e agir, de relacionar-nos uns com os outros destacando-nos positivamente ou negativamente conforme a cultura por nós aprendida e apreendida. E é nesse patamar que a escola deverá promover o trabalho de consciência tão bem apresentado nos estudos de Freire e em todos os seus trabalhos, não distante, e sim no mesmo páreo o trabalho de apropriação de uma cultura de preservação de clima escolar e relações interpessoais saudáveis baseadas no diálogo.

Pontuados no fim último da educação, a promoção integral, saudável de nossos alunos para uma vida melhor, mais digna e feliz, a escola adotará medidas de bem-estar para ajudar os profissionais a atingir as metas. Assim, far-se-á dessa forma a valorização e promoção para a melhoria de suas habilidades profissionais.

As relações pedagógicas na escola deveram ser solidificadas no afeto e respeito mútuo. Somente assim conseguiremos suprir a carência afetiva que nossos alunos apresentam ao adentrarem a Escola. Da mesma forma, e não menos o afeto, a cordialidade deverá ser uma prática constante em nossas relações.

E em nome dessa cumplicidade entre os sujeitos para a manutenção da ordem da escola, ela continuará a se agrupar nas suas variadas instâncias para resolver problemas de qualquer ordem que possam interferir negativamente no ambiente escolar seguindo os determinantes no Regimento Escolar.

AVALIAÇÃO

Quem quer que seja que avalie revela o seu projeto, ou o que lhe impuseram os seus preconceitos, as suas preocupações, a sua instituição. Ao avaliar o que vejo, digo o que

procuro e, se não estiver consciente disso, não posso pretender ser aquilo a que hoje se chama ator social e que antigamente se chamava um homem livre.

Charles Hadji

Quanto ao processo da avaliação a Escola a escola atentará para a avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional.

Assim cremos que a avaliação da aprendizagem dos alunos gera a cada ano novas metas e objetivos que farão das práticas pedagógicas a sinalização de planejamento para avanços ano após ano.

Com base na concepção de avaliação apresentada a seguir é que nortearmos todo trabalho avaliativo no âmbito escolar. Temos, segundo o texto de Souza no Caderno 4 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública, 2005 o seguinte:

Para que serve a avaliação? A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões dessa proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isto serve tanto para a avaliação institucional quanto para a avaliação da aprendizagem. Isto é, quando na prática pedagógica avaliamos nossos alunos, o que estamos pretendendo com isso? Dar conta de uma tarefa necessária? Definir quais serão promovidos para a série seguinte? Definir os “reprovados”? Não! o objetivo é avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos.

Operacionalizando esta concepção a escola promoverá a cultura da avaliação diagnóstica no início do ano letivo, compromisso esse assumido no PDE 2009. Com a cultura dessa avaliação tornar-se-á pontual o trabalho de intervenção.

Com IDEB 2009 anos iniciais de 5,4 e anos finais de 4,3 com projeções de 4,4 e 3,5 respectivamente, ofereceremos a intervenção pedagógica como programa de apoio para sanar as dificuldades de aprendizagem. Os índices apresentam uma elevação acentuada nos anos iniciais, porém sutil nos anos finais. O que requer planejamentos estratégicos para atacar os pontos críticos das séries apresentadas. Para isso faremos

também o levantamento através das folhas de promoção do ano anterior para que se encontre o foco da defasagem.

No tocante a avaliação subsidiaremos o exposto no Projeto Político Pedagógico do Ensino Fundamental de 9 anos do município de Monte Carmelo:

A avaliação é necessária em todos os empreendimentos humanos, passando por todas as dimensões: sociais, políticas, econômicas, científicas e ideológicas etc.

Avaliar para rever objetivos.

Avaliar para retornar caminhos.

Avaliar para refazer o processo.

Avaliar para atingir finalidades.

Avaliar para realizar o projeto.

(...) A avaliação permeia os objetivos, os conteúdos e a prática didática, portanto, é processual e, conforme os PCN's possui três etapas: inicial, formativa e final.(...) finalidade a de se fazer aprender bem como determina os novos conteúdos a serem trabalhados.

Estabelecendo que as avaliações nos dão informações sólidas sobre determinado trabalho, também se faz necessário que as deficiências sejam diminuídas a curto ou longo prazo ou mesmo sanadas. Para isso a escola deverá priorizar recursos para a área apresentada. Pautando nesse evento estará a ampliação do relacionamento pedagógico onde haverá a distribuição de turmas de acordo com a proximidade do ano subsequente; a reorganização do tempo escolar ampliando o reforço para o contraturno; a convocação das famílias que deverão participar mais ativamente na vida escolar dos filhos acompanhando nas tarefas e responsabilidade escolar.

Quanto a avaliação institucional, avaliar as taxas de matrícula, aprovação, reprovação e abandono da escola. Pontuar as taxas críticas e elucidar as causas críticas e combatê-las.

Para isso toda comunidade deverá avaliar sua prática e serem submetidos também a avaliações anuais de desempenho.

Neste documento estará expressa nossa intencionalidade e compromisso firmado com a escola pública de qualidade, portanto, ao se tratar de documento cuja produção estabelece-se dentro de um contexto histórico e cultural ele tornará flexível e deverá ser atualizado sempre que necessário.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, M. (coord). **Escolas inovadoras**: Experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: MS: UNESCO, 2004, 122 p. [versão resumida]

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.

AZEVEDO, Janete M. L. Texto: O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. Disponível em [HTTP://modle3.mec.gov.br/ufmg](http://modle3.mec.gov.br/ufmg). Disponível em [17/05/2010](#)

BERTAGNA, R.H. **Progressão Continuada: a produção de novas formas de exclusão**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP, 2003.

BONAMINO, Alicia e MARTINES, Silva Alicia. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do Estado. **Educ. Soc.** Set. 2002, vol 23, nº 80, p 368-385.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. V.1 e 2.

_____: MEC. Secretaria d Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: SEF/MEC, 1997.

_____: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2006. p.22.

_____: Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação.

_____: Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei N. 8.069/90

_____: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº 9.394/96.

_____: Lei do Plano Nacional de Educação – Lei N. 10.172/01

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB.4/98. **Diretrizes curriculares para o ensino fundamental**. Brasília: MEC/CNE.1998.

CASASSUS, Juan. **Cadernos de Pesquisa n. 114** A reforma Educacional na América Latina no Contexto de Globalização. Disponível em <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 02/05/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 01/06/2010.

Dourado, Luiz Fernandes (org) OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. Disponível em <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Disponível em 01/06/2010.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre. ArtMed.1993.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GIMENO, José. **Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed,1998.

HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo**: das intenções aos instrumentos. Porto: Porto, 1994.

HALL, Stuart. A. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 15-46, jul./dez. 1997.

LA TAILLE, Yves. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LOPES, A. O. Planejamento de ensino numa perspectiva crítica da educação. In: **Planejamento no âmbito do Ensino**.(1992) Disponível em <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 02/06/2010.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços**. Disponível em <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 06/06/2010.

PERRENOUD, Ph. (2004) **Os ciclos de aprendizagem**. Um caminho para combater o fracasso escolar. Porto Alegre: Artmed Editora.

PUIG, Josep M. **A Construção da Personalidade Moral**. São Paulo: Ática, 1998.

SEE-MG- Guia do Diretor Escolar. Instrumento didático destinado a orientações e suporte do trabalho do Diretor Escolar. 2008. P. 65 e 66.

SEMEC. **Projeto Político Pedagógico para as Escolas Municipais de Monte Carmelo**, 2009.

SEMEC. Regimento Escolar do Ensino Fundamental. Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.2009.

SILVA, Marcelo Soares Pereira. O Planejamento em Educação. Disponível em <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Disponível em 01/06/2010.

SOUZA, Angelo Ricardo [et al] **Gestão e avaliação da Educação Escolar**. Texto: Avaliação da Aprendizagem, Avaliação Institucional e Gestão Escolar: a síntese necessária. Disponível em <HTTP://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. acesso em 24/05/2010

TORRES,R.M. A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem. In: **Muitos lugares para aprender**. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária- CENPEC. São Paulo:CEMPEC/Fundação Itaú Social/ UNICEF, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **O projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 11 ed. Campinas: Papirus, 2000